
Pauta: Cootrapoa – instalação de rede de água e infraestrutura

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h20min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Bom dia a todos e todas. Hoje temos a presença da comunidade da Cascata, da cooperativa habitacional, para tratar de instalação de rede de água e outras infraestruturas do bairro. Para a reunião nós convidamos, além da comunidade, o Departamento Municipal de Água e Esgoto, que ainda não chegou; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, que eu acredito que também ainda não chegou. (Pausa.) Ah, por gentileza, pode sentar à Mesa. Nosso, já da Casa, Vitorino, representante da Secretaria de Serviços Urbanos, secretário adjunto, obrigada, Vitorino. Seriam esses os representantes, os convidados da manhã de hoje. Queria convidar também para compor a Mesa os presidentes da cooperativa, a Teresinha e o José Francisco. (Pausa.) Essa pauta foi trazida a nossa comissão pelo Ver. Pablo Melo. É de praxe, quando tem uma pauta proposta por algum vereador da comissão, ou que não é da comissão, gerir a condução dos trabalhos, Melo. Então, fica à vontade para conduzir, passar as falas, fazer as mediações e os encaminhamentos possíveis. Pode ser?

(O Ver. Pablo Melo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): Pode ser. Bom dia, presidente Karen, Ver. Moisés, Ver.^a Fernanda; em especial, àqueles que nos acompanham aqui. Quero fazer um agradecimento muito especial à Dona Teresinha, presidente da Cootrapoa, junto com o Espírito Santo, e quero dizer, Ver.^a Karen Santos, vereadores e todos os que estão aqui presentes, que desde o início do nosso mandato, naturalmente, como qualquer um dos 36 vereadores, temos contato com as mais diversas comunidades da cidade de Porto Alegre, temos mais de 800 áreas irregulares na nossa cidade. Esse problema que se apresenta lá na comunidade da Cascata, no nosso Belém Velho, não é um problema só dessa comunidade, o problema de levar água e levar conseqüentemente mais

dignidade à vida das pessoas, essa pauta se apresenta em diversas comunidades da nossa cidade. Eu quero também deixar um agradecimento especial pela presença do secretário Vitorino Baseggio, que se faz sempre presente quando chamado nesta Casa, e quero registrar, Ver.^a Karen, algo que eu acho importante: eu acho que tem três secretarias que, em todas as reuniões da CUTHAB, é fundamental que se façam presentes, que são o DMAE, a SMAMUS e também a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. A maioria das pautas que passam por esta Comissão passam por essas três secretarias, principalmente. Bom dia, Ver. Jessé, que está chegando, também é membro da CUTHAB. A Câmara de Vereadores é o fórum adequado para a gente trazer esse tipo de pauta, muitas das demandas que são trazidas pelo Executivo passam pelos gabinetes dos vereadores, em primeiro lugar.

Então, trouxemos aqui a Cootrapoa para trazer essa situação, nós já caminhamos junto com a comunidade, fizemos reunião com a comunidade, nós tivemos a primeira passagem com o diretor Alexandre, que, inclusive aqui na Câmara de Vereadores, por uma reunião solicitada por este vereador, se comprometeu em colocar rede de água lá na comunidade e isso até agora não aconteceu. A gente tem o entendimento que a cidade é muito grande, que esse problema é recorrente em toda a cidade, mas a gente também tem a consciência de que aquilo que foi comprometido e aquilo que é possível ser feito tem que ser feito. Quero registrar, como eu disse, presidente Karen, que o DMAE tem que estar presente, que venha, secretário Vitorino, sempre um representante do DMAE, isso não pode acontecer, é uma falta de respeito com a comunidade quando uma secretaria não se faz presente em uma reunião de comissão. Eu quero deixar isso bem registrado aqui. Eu retiro o que eu disse se adentrar um representante do DMAE por essa porta, mas já em outras reuniões, Ver.^a Karen, isso não aconteceu, o DMAE não trouxe um representante. Eu já deixo uma solicitação a presidente, para que a gente faça uma reunião desta comissão lá no DMAE ou traga o diretor do DMAE aqui, na Câmara de Vereadores, para a gente ter essa conserva. Saiu, o convite desta comissão, nós mesmo, do nosso gabinete, mandamos, por ser uma pauta que este vereador foi o proponente, nós solicitamos. Saudando a todos, eu quero já passar a palavra, nós que temos

esse comprometimento com essa comunidade, com tantas outras da nossa cidade, para vocês fazer uma explanação da situação, tem certeza que, com a força não só deste vereador como de todos os outros aqui presentes, nós podemos achar uma solução mais rápida para a questão da colocação da rede de água, sei que tem a questão da colocação da rede elétrica. Eu sei que vocês são uma comunidade muito organizada, vocês estão abrindo as ruas lá, e sei que também tem um problema, secretário Vitorino, da questão de uma árvore que está impedindo a abertura de uma rua e também está impedindo que essas obras se ampliem e que a gente possa começar, exatamente, essa colocação da rede de água. Então já passo, desde já, a palavra para o presidente Teresa, ao Espírito Santo também, muito bem-vindos a esta Casa, que é a Casa do Povo.

SRA. TERESINHA DIAS ABREU: Bom dia a todos, em nome da presidente da CUTHAB, Ver. Karen Santos, e a todos presentes. Eu estou à frente da Cootrapoa desde de 2013, tivemos de inúmeros problemas, mas conseguimos resolver. Em 2018, tivemos os projetos aprovados, que foi o urbanístico, a água, o esgoto, a rede pública e a rede elétrica. Em 2019, recebemos as matrículas, mas ainda está em finalização o pluvial e a pavimentação. Participamos do OP desde 2013 e ainda não conseguimos recurso para fazer toda a nossa infraestrutura. Tivemos reunião com Ver. Pablo Melo e com o diretor Alexandre, do DMAE...

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): Duas reuniões já.

SRA. TERESINHA DIAS ABREU: É. Que nos prometeu implantar a rede de água no loteamento, pois era uma determinação de governo. Havia alguns impedimentos para que pudesse fazer a colocação dessa rede, que teriam que abrir ruas. Hoje elas já estão prontas, já foram abertas as ruas e está prontinho agora, esperando então pelo DMAE. Há uma outra rua que temos que abrir, da qual estávamos falando há pouco tempo, que tem 23 árvores no local, e a gente não sabe a quem recorrer para que sejam retiradas essas árvores. Porque se forem retiradas aquelas árvores e pudermos abrir aquela rua, 100% dos

moradores da cooperativa vão ter água e luz regularizadas. Agora, se não abrir, vai ser um problema, porque muita gente vai ficar sem água e sem luz. Então, eu gostaria que a secretaria competente nos informasse, nos desse uma luz, dissesse a quem nós podemos recorrer para que essas árvores sejam retiradas, pois há uma grande necessidade disso, acredito, dentro da cooperativa, da abertura dessa rua.

Tivemos a visita da Equatorial também para a nossa extensão de rede, mas foi feita uma cobrança de R\$ 180 mil, e nós, lá, todos os moradores de renda baixa, não temos condições, no momento, de levantar esse valor. E temos bastante necessidade dessa rede porque nós temos lá casos de os postes de luz estarem dentro dos lotes, os fios de alta tensão passando e quase encostando nos telhados. Cada vez que se prepara um temporal, uma coisa, a gente fica muito aflito com aquela situação. Então, é esse o motivo de nós estarmos aqui, que estamos precisando. E agradeço ao Ver. Pablo Melo pelo empenho à nossa cooperativa e obrigada por nos ouvir, presidente Karen.

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): Obrigado, Teresinha, antes de passar a palavra ao Sr. Espírito Santo, que também é profundo conhecedor dessas demandas, quero agradecer a presença da SMAMUS aqui, com a Alexandra aqui presente. Muito obrigado por atender o chamado aqui da Câmara de Vereadores. O Sr. José Francisco Espírito Santo está com a palavra.

SR. JOSÉ FRANCISCO ESPÍRITO SANTO: Bom dia a todos, às vereadoras; à presidente da Comissão a minha saudação, e saúdo a todos que estão presentes. Fico feliz de vir na Comissão, porque a gente sabe que a Câmara de Vereadores, sempre é falado, é a casa do povo, e, quando aperta, a gente corre para cá. E, para quem está na regularização fundiária, corre muito mais ainda, porque, às vezes, tem um oficial de justiça correndo atrás, querendo fazer reintegração de posse, e as pessoas querem morar – que é um dos fundamentos da Constituição, a dignidade à moradia. Graças a Deus, que nós da Cootrapoa, através da gestão da Dona Teresinha, que pegou uma cooperativa praticamente indo a leilão, a gente não falou essa parte, mas acho que tem que trazer como

exemplo para outras comunidades. Ali iria a leilão a área em 2013, ela entrou, mostrou para os cooperados, e salvaram suas moradias. E, de lá para cá, também tive a felicidade de trabalhar um pouco com a Alexandra, na CTARF, onde passou o nosso processo lá, foram longos anos que a gente esteve com esse trabalho lá e conseguimos fazer a regularização. Mas falta ainda, como a Dona Terezinha falou. Nós, depois que passamos a ser regulares ali, faltou a parte da infraestrutura; nós somos fiéis ao Orçamento Participativo, defendemos o Orçamento Participativo, mesmo que não tenham recursos suficientes, vereadora, para a questão habitacional, que nós estamos brigando na temática, R\$ 650 mil para toda a Porto Alegre, e aí não está dando. Mas tem algumas parcerias que a gente tem feito aí. O Ver. Pablo Melo foi nosso parceiro, colocou o diretor do DMAE na nossa frente, ele se comprometeu a fazer a rede, houve alguns problemas técnicos, nós resolvemos lá na cooperativa, que eram duas ruas que o DMAE havia colocado, secretário, que não estavam de acordo com o urbanístico. Nós dissemos: “Mas como? Está aqui o mapa, aprovado tudo aqui”, não entendíamos. É que só tinham traçado a rua, mas a rua não estava aberta. Agora, a própria Prefeitura, através da Secretaria de Serviços, foi lá e está colaborando conosco e está abrindo as ruas. Então, esse problema está resolvido. Precisamos agora que o DMAE vá lá e faça a sua parte, vereador. Com isso, a gente pede para reforçar a questão do meio ambiente. Como há algumas árvores no traçado de uma rua, precisa tirar. Nós poderíamos muito bem cortar, mas, depois, chega lá a SMAMUS e aí voltamos à estaca zero, dando um passo atrás. Nós não queremos isso aí. Nós queremos ver com a secretaria de competência que dê uma autorização somente para tirar essas árvores aí. Nós já fizemos um levantamento topográfico, somente da quadra onde estão localizadas as árvores. Então, não é para nós aproveitarmos e tirar todas as árvores. Não, é só da onde está a rua, porque aí não vai entrar luz, não vai entrar água. Nós entendemos que, se a secretaria der uma autorização, excepcionalmente, não sei se pode isso, mas só para fazer isso aí, para conseguirmos abrir essa rua e colocar as duas redes: a rede de água e a extensão de rede elétrica que está faltando.

Sobre a pavimentação, estamos com os dois projetos, como a presidente falou, em fase de finalização para aprovação. Claro, que depois do conjunto de projetos aprovados sai o licenciamento definitivo. Isso é um pouco demorado. Então precisamos desse aqui para que o povo possa ocupar os seus próprios lotes. Eles não conseguiram entrar nos lotes ainda, porque, enquanto essa rua não for aberta, os lotes estão todos demarcados, mas eles não conseguem entrar. Precisamos dessa licença provisória, digamos assim, especificamente ali, só para retirar essas árvores. Tirando isso aí resolve uma grande parte para nós, para podermos chamar o DMAE informado que está liberada essa via; as outras já estão liberadas.

Com a Equatorial, é esse problema que vimos depois. Só para os senhores entenderem, quando era CEEE, não era privatizada, eles mandavam um Doc para nós de R\$ 27,00 para fazer toda a extensão de rede, porque tinha um plus na rede elétrica e a gente não pagava quase nada. Beleza, ficamos felizes. Como venceu o projeto, e aí tem que renovar, natural, quando fomos renovar, entrou a Equatorial. A Equatorial nos apresentou um outro Doc, R\$ 180 mil. Aí eu disse: agora não tem como a gente fazer esse rateio aqui, mas a gente vai pedir as parcerias, pelo menos aqui pela CUTHAB, ou com o Ver. Pablo, para que a gente possa fazer um meio-campo para poder amenizar esse valor. Não é que nós não queremos pagar, deixamos bem claro, e eu venho do movimento das cooperativas. A gente não quer nada de graça, nós queremos colocar a nossa parte, mas pagar o justo, de R\$ 27,00, que já era baixo demais, mas nós estávamos dizendo "sim", mas aí vocês queriam quando era R\$ 27,00, mas agora foi para R\$ 180 mil, deu um pulo muito alto. Então, se baixar, acho que tem jogo para nós. A gente agradece essa vinda aqui, em nome de todos os cooperados, para colocar esse nosso problema e ver o que a gente pode fazer em conjunto com a CUTHAB.

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): Muito obrigado, Espírito Santo. Vou passar de imediato para a Alexandra, da SMAMUS, para falar um pouco sobre essa retirada das árvores para possibilitar que o projeto continue andando.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Uma dúvida, para retirada das árvores tem que ter algum tipo de compensação? Mais em âmbito de dúvida, para explanares na tua intervenção.

SRA. ALEXANDRA MARIA QUADROS COSTA LEITE: Bom dia, eu represento a SMAMUS, sou arquiteta, sou coordenadora da CTARF – Comissão Técnica de Análise de Regularização Fundiária, inclusive a gente já se conhece. Enfim, então eu estava aqui dando uma olhada no processo, porque são tantos processos e a gente tem que dar uma olhada para lembrar. O que acontece? Ele está com arborização nessa rua aqui, ele teria que entrar com um projeto ou um pedido, uma solicitação na diretoria, que não é a minha, é a DAV – Diretoria de Áreas Verdes, e como está aprovado, acho que não estou tendo problema nenhum e não tem que ter compensação vegetal porque foi aprovado assim, o projeto já está aprovado, é só uma questão de projeto de retirada de arborização ali, da rua mesmo. Assim como tem os projetos de rede, de iluminação que vocês têm que entrar, é mais nesse sentido. Talvez eles vão pedir um plantio de alguma coisa em volta da calçada, algum projeto para plantar algumas árvores ali para compensar, mas não vejo problema. Seria na Diretoria de Áreas Verdes – DAV. Estou tentando entrar em contato aqui com a minha colega, que trabalha lá, para já ver direitinho como é que funciona, como tu podes entrar com esse pedido. Não se vocês têm mais alguma pergunta, mais alguma coisa que eu posso ajudar com alguma colaboração?

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): Não sei se algum vereador tem mais alguma questão, Ver. Moisés?

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Eu tenho uma dúvida, aproveitando que a SMAMUS está aqui. Em relação às licenças para poda dessas árvores, isso foi aprovado junto com projeto, no caso?

SRA. ALEXANDRA MARIA QUADROS COSTA LEITE: Não, quando tu entras com o projeto de regularização fundiária, tu tens os trâmites internos; no caso,

tu vais dar diretrizes para aquela área, depois vem o projeto urbanístico. A gente não aprova, na hora do projeto urbanístico, essa questão, são projetos complementares. Primeiro tu aprovas projeto urbanístico, depois aprova os projetos complementares. Dentro dos complementares, quando é o caso, porque, muitas vezes não é necessário, mas nesse caso houve a necessidade por causa dessa rua, então vai aprovar água e esgoto, pavimentação; normalmente vai alguma coisa sobre projeto de arborização. Talvez seja por isso, de repente está faltando essa etapa. Não lembro de terem protocolado comigo lá.

SR. JOSÉ FRANCISCO ESPÍRITO SANTO: (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ...Nesse nosso caso, há uma parte tem uma parte da rede que passa dentro da cooperativa, que serve a comunidade na parte mais alta do morro. E aquela rede nunca foi cadastrada pelo DMAE. Então, não conseguimos mandar o nosso projeto para aprovação do pluvial – depois pluvial vem o da pavimentação, não dá para enviar o da pavimentação primeiro porque não tem pluvial, senão dá problema depois. E aí agora que a gente conseguiu, que foi através da subprefeitura, o DMAE foi fazer uma visita e deu uma orientação para nós; encaminha processo de vocês para aprovação do pluvial, que a gente vai cadastrar essa rede lá, que já passa dentro da área de vocês. Então, nós ficamos, assim, praticamente quase dois anos tentando ver para onde vai esse projeto aqui, e ninguém falava para nós. E agora, com essa vistoria que foi feita lá, nos deram um norte, e a gente está seguindo. Então, quando aprovar o pluvial e a pavimentação, provavelmente venha o licenciamento e os condicionantes também; e aí vem a questão da arborização, que é um dos projetos que vão ser apresentados depois, faz parte do conjunto dos projetos complementares. O urbanístico é o primeiro a ser aprovado, depois vêm os demais.

SRA. ALEXANDRA MARIA QUADROS COSTA LEITE: Em um loteamento convencional, que não está posto, como é que funciona? Primeiro, tu tens as diretrizes; aprovas um Estudo de Viabilidade Urbanística, que é o EVU; depois, tu aprovas os complementares junto com o projeto urbanístico. Então o projeto

urbanístico é praticamente o que vai existir no local: os lotes, como é que vão ser as ruas, as medidas – é como se fosse um projeto arquitetônico. Primeiro, tu vais fazer a casca do lugar; depois, tu vais fazer as redes internas do edifício, que é a rede de água, esgoto; mas precisa ter um todo, o todo é o urbanístico. Então o que a gente aprovou foi o todo, daí tu precisas entrar nas minúcias: rede de esgoto, rede de água, pavimentação, movimentação de terra – são várias etapas. Em um projeto urbanístico regular, para a primeira fase do projeto, por exemplo, tu aprovas a movimentação de terra e o projeto geométrico, que seria a geometria das ruas; já a movimentação de terra é para saber o que tu vais mover de terra de um lugar para o outro. Aí, depois, vem a segunda fase. Na segunda, tu vais aprovar o quê? Rede de água e esgoto, praças e não sei mais o quê. Na terça fase, vem o projeto de arborização, de iluminação pública e de sinalização. É mais ou menos isso também o que acontece no projeto da regularização fundiária; só que tu não vais ter EVU, porque não tem como ter um Estudo de Viabilidade Urbanística, porque já está posto, mas tu vais aprovar o projeto urbanístico, então, o que está posto ali, e, se for necessário, tu aprovas os projetos complementares. Então é essa a fase em que nós estamos agora, quase todos os projetos complementares vocês já têm aprovados, pelo que eu vi ali, iluminação, esgoto, água; faltou, talvez, entrar com o projeto de arborização, que é isso o que está faltando para poder retirar essas árvores daqui, que estaria na DAV. Eu até entrei aqui em contato com o pessoal da SMAMS, da outra diretoria – eu faço parte da DEL, que é a diretoria de licenciamento –, e na DAV me informaram... Depois eu te passo um e-mail direitinho e posso te informar; a gente tem o contato um do outro, posso informá-lo e orientá-lo.

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): Perfeito. Passo a palavra agora para o secretário adjunto de serviços urbanos, Vitorino, e quero cumprimentar também a presença do Rodnei, dos serviços urbanos.

SR. VITORINO BASEGGIO: Bom dia a todos. A secretaria de serviços nesse caso dessas ruas que tem que ser abertas ainda, na verdade compete a

execução do serviço com a prévia autorização da remoção. Eu só queria acrescentar que se essas árvores foram exóticas, aí a experiência nesse contato que a gente tem com a SMAMUS, não tem compensação, apenas se forem árvores nativas, aí poderia ter compensação. Então pode acontecer de ter árvores nativas aí a gente tem que fazer a compensação delas, a SMAMUS. E também não necessariamente tem que ser ali naquela área, pode ser uma outra área é porque quando é uma regularização, como é o caso, que já está ocupada a área, nem sempre comporta uma arborização ali, tu podes trazer um outro problema no futuro. Então é diferente de um projeto quando se planeja desde o início, que a arquiteta acabou de explicar, aí tu já podes prever o plantio de árvores. Não é o caso de vocês, porque a gente está adequando a algo que já existe. Então, de posse dessas licenças, que até poderiam ser feitas pela secretaria de serviços em parceria com a SMAMUS, porque a gente tem engenheiros agrônomos lá, a gente faz a execução da remoção dessas árvores e abertura da via, que vai ser primário o piso dessa via, é chão, que aí possibilita que se faça a rede cloacal, a rede elétrica, enfim, e a própria ocupação, segundo estás falando, que é diferente do caso daquelas pavimentações que estão sendo previstas lá, que é uma pavimentação comunitária onde o DMAE entra com o esgoto pluvial e em conjunto a gente entra com o asfalto. Nessa aí ainda não está previsto isso e é uma outra briga para depois que tivermos a rua. Agora, se eu puder dar uma sugestão, me perdoe a audácia, presidente, eu acho bacana nós fazermos esse planejamento aqui e depois nós irmos lá no lugar para entender melhor a situação, porque acredito que nem todos aqui, não é o caso da nossa arquiteta que já conhece, mas eu, por exemplo, apesar de passar todos os dias ali, eu não conheço no detalhe a situação. Nós fizemos lá na Restinga o inverso, a gente foi primeiro e depois fez uma reunião aqui; acho que é mais produtivo nós fazemos uma reunião aqui, entender o problema, encaminhar algumas soluções e depois ir ao lugar, porque também não adianta a gente ir, sem solução alguma, e de preferência, se a gente puder levar técnicos, vereador, é interessante, porque os técnicos conseguem dar uma solução ali na hora para algum imprevisto que ocorra. Quero reforçar o que o Ver. Pablo falou, é imprescindível a presença do DMAE. Obrigado.

SRA. ALEXANDRA MARIA QUADROS COSTA LEITE: Essa área é o que existe. Aqui é uma parte nova que vai servir para alocar as pessoas que vão ser realocadas aqui.... Já foram?

SR. JOSÉ FRANCISCO ESPÍRITO SANTO: A parte vermelha é a parte do pessoal que tinha que ser removido. Então nós levamos dois anos e meio, três anos, para poder remover, sem nenhuma, assim: tem que sair, tem que sair... Não. Foi tudo construído. A parte verde é a parte consolidada. Agora, nessa parte branca aqui, alguns realmente já vieram para outros lotes que ficaram livres; agora, essa parte aqui já está ocupada.

SRA. ALEXANDRA MARIA QUADROS COSTA LEITE: O que eu queria contextualizar era isso, que o projeto foi aprovado nesse contexto, de essas pessoas teriam que ser retiradas e realocadas para cá, para esses lotes aqui, que seriam lotes novos. E essa rua seria construída por causa disso. Então por isso que essa rua teve que ter os projetos todos. O que eu entendo é isso, faltou, talvez, essa parte para poder construir da arborização, que é o que a gente está tratando agora. Então, eu vejo assim, eu já entrei em contato, (Ininteligível.) mas eu vou orientá-los, como que entra com o protocolo lá, provavelmente vai ser pela CTARF, porque, como é projeto de comissão sempre entra pela comissão, aí eu vou encaminhar para essa análise, eles vão analisar, já tem um levantamento topográfico, isso é ótimo, porque já está praticamente pronto. E daí vai ter essa análise das retiradas da arborização, o que pode retirar, o que não pode, e como é que fica a compensação, se vai ter, se é nativa, ou não, eu não sei porque eu não estou olhando aqui, mas é isso. Eu não vejo grandes problemas nisso, eu acho que é uma coisa bem resolvível.

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Só uma pergunta para visualizar melhor: quantas unidades foram removidas, realocadas e qual o motivo da realocação?

SR. JOSÉ FRANCISCO ESPÍRITO SANTO: Na verdade, é o número que a Alexandra informou que foi feito e que nós tínhamos que fazer essa relocação dentro da própria área. Teve alguns associados que saíram, então nem precisamos trazer eles para esses lotes que estavam vagos, já ficaram no outro lote que estava vazio porque ficou melhor para eles. Então ficou uma coisa mais interna, mais de gerenciamento ali porque a gente viu que este lado ia ser muito mais demorado em função dessa licença ali e também para abertura dessa rua aqui. Então as pessoas queriam morar. Quando fizeram vistoria lá, viram que não são todos que tem um poder muito bom para fazer boas casas. Agora, voltando o Minha Casa, Minha Vida, cai que nem uma luva para todo mundo ali, para uma parte das famílias ali vai ser muito bom. Na época, nos habilitamos, mas não conseguimos contratar; agora estamos habilitados, provavelmente vai servir muito às famílias ali.

(Manifestação fora do microfone.)

SR. JOSÉ FRANCISCO ESPÍRITO SANTO: Também. Cumprimos tudo o que na área de risco foi colocada pela SMAMUS.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Primeiramente, queria saudar a organização da comunidade, muito importante a gente ver esta auto-organização de baixo que consegue resolver, muitas vezes, conflitos que o poder público, por não ter dimensão, conhecimento, enraizamento desconsidera muitas vezes na política, na gestão e nas prioridades. Então muito importante esses 10 anos, de 2013 para cá, de luta e organização que, sim, é exemplo para outras comunidades que também estão dentro desse processo de garantia daquilo que é direito. Como tu começou muito bem na tua fala, Espírito Santo, é um direito e

a gente sabe, como todos os direitos, que tem que brigar e batalhar para eles saírem do papel. Em relação ao DMAE, infelizmente, de novo, não estão presentes na nossa comissão. Minha prima é química do DMAE, tratada a água que a gente toma; eu tenho um grande amigo meu de infância que é engenheiro também dentro do DMAE. O que vem acontecendo com o DMAE é um processo de sucateamento. Na última vez em que eu encontrei esse meu amigo, ele disse: “Karen, quando eu entrei, no último concurso, eram 10 pessoas trabalhando comigo na sala, hoje são quatro”. Então existe uma política de desmonte do DMAE, e a gente que está dentro dessa comissão, que muitas vezes vai lá na ponta fazer as visitas e ver que precisa de drenagem, esgoto, ligação na rede, obras, projetos e principalmente a questão dos recursos..., mas, às vezes, não adianta ter o recurso se tu não tens projetos, se não tens engenheiro, se não tem técnico, ou se as pessoas que estão lá estão sobrecarregados por atribuições – estou adorando a Alexandra, por que eu estou falando e ela está se enxergando na fala – porque eu acho que é uma precarização generalizada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): É um desmonte da máquina pública. Então, muitas vezes, a gente quer os serviços acontecendo, nós queremos professores, nós queremos segurança nas escolas, nós queremos assistentes sociais e psicólogos, nós queremos nutricionistas, nós reivindicamos isso, porque trabalhamos e pagamos nossos impostos. E a gente vê um desmonte, uma precarização e depois, a gente vê como consequência, uma privatização daquilo que deveria ser público, patrimônio do povo gaúcho. Então, para tentar não justificar a ausência do DMAE, mas cobrar dentro dessa perspectiva. Por que o DMAE não está vindo nas reuniões? Quais as atribuições que foram dadas hoje ao Alexandre, que é um engenheiro de carreira – ele é diretor adjunto, ele é vice-diretor do departamento, eu não conheço o atual presidente –, conheci bastante o Alexandre, enfrentamos um problema grave lá de um caixa de contenção de água da chuva que desmoronou e foram mais de seis meses para o DMAE indenizar uma família na Zona Norte da cidade. Eu o conheci ele numa

situação péssima de negligência de direitos. Então acho importante a gente cobrar o DMAE, mas também defender o DMAE dentro de uma perspectiva pública e de qualidade. E, se tiver que haver mudanças dentro dessas chefias, porque não estão dando conta de garantir os direitos, que sejam feitas. Por que eu acho que isso é uma política, não acho que seja má-fé dos funcionários de carreira que estão lá dentro que, muitas vezes, com boa vontade, nos assessoram, nos ajudam, às vezes inclusive em horário que não é o horário de trabalho. Então o que está acontecendo com o nosso departamento? É isso o que a gente tem que se questionar; para cobrar, para exigir, a gente também tem que buscar entender o que que está acontecendo com o nosso departamento? Por que que a gente está há tanto tempo sem concurso público? Que desmonte é esse que vem acontecendo e quais interesses que estão por trás disso. Obrigada.

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): Bom, para fazer um encaminhamento então da nossa reunião, o encaminhamento objetivo daquilo que nós conversamos aqui hoje na nossa reunião de comissão, acredito que o primeiro encaminhamento é a extração do vegetal, que é uma sugestão aqui da nossa arquiteta Alexandra. Então, acredito, presidente Karen e vereadores aqui presentes, acho que uma solicitação aqui da nossa comissão...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): Exatamente, da CUTHAB, eu acredito que seria o caminho adequado. A segunda, naturalmente, cumprido esse processo Teresinha, Espírito Santo e demais cooperativados, é exatamente uma visita *in loco* do DMAE com os demais órgãos, secretário Vitorino, para que se efetive, se tudo está *O.k.*, para que, exatamente, esta comissão, os vereadores aqui desta comissão e aqueles que quiserem participar, para que dê o *O.k.*, não né vereadora, está *O.k.* e a colocação da rede de água pode sim ser feita. Então deixo esses dois encaminhamentos, Ver.^a Fernanda...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): O secretário Maurício Loss, que é o diretor do DMAE, justifica a não presença, pois o prefeito chamou todos os gerentes e coordenadores para uma reunião sobre a concessão, enfim, está acontecendo agora essa reunião. É verdade, Ver.^a Fernanda, mas também há que se falar que não precisa vir os gerentes, mas que eles poderiam ter escalado alguém para estar aqui junto conosco.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PABLO MELO (MDB): É verdade, a Ver.^a Fernanda aqui colocou com muita propriedade que poderia ter alinhado melhor, mas, enfim, da minha parte aqui, Ver.^a Karen, faço esses dois encaminhamentos; um pedido para extração do vegetal, da CUTHAB para a SMAMUS, e, num segundo momento, isso acontecendo, a gente faz uma reunião *in loco* com o DMAE. Deixo essas duas sugestões de encaminhamento, e já passo a palavra para a presidente da comissão, a Ver.^a Karen Santos, para fazer as suas considerações finais e dar o encerramento adequado à nossa reunião de hoje.

(A Ver.^a Karen Santos reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Acho que são esses os encaminhamentos que surgiram; só agradecer a presença de todos que se fizeram até este momento, agradecer de novo a presença do Vitorino, sempre junto conosco aqui dentro da comissão. Vamos fazer as cobranças necessárias ao DMAE, e nos encontramos brevemente lá na comunidade. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 10h59min.)